

LÍNGUA E CONHECIMENTO LINGÜÍSTICO: PARA UMA HISTÓRIA DAS IDÉIAS NO BRASIL

São Paulo, SP: Cortez, 2002, 320 pp.

Orlandi, Eni P.

Este novo livro de Eni Orlandi é mais um resultado de sua reflexão sobre a história dos estudos lingüísticos e da língua no Brasil. A autora se dedica formalmente a essas questões desde 1987, quando propôs no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp o Projeto Discurso, Significação, Brasilidade. Alguns anos mais tarde, a partir do contato com o grupo do Laboratório de História das Teorias Lingüísticas, coordenado por Sylvain Auroux na Universidade Paris VII, ela firmou um acordo com o Projeto História das Idéias Lingüísticas que, do lado brasileiro, tem mantido a especificidade de pensar a história da constituição do saber lingüístico em sua relação com a história da constituição da língua nacional. Na fase atual, o projeto tem como tema específico “Ética e Política das Línguas”. É, então, tomando como objeto a ética e a política, e assumindo a sua responsabilidade ética e política pelo que diz, que Eni Orlandi busca compreender nos textos aqui apresentados os processos pelos quais a nossa história se conta nos dizeres sobre a língua.

A tomada de posição em relação ao (seu) dizer, bem como a sua explicitação, é um compromisso ético e político da Análise de Discurso de filiação francesa. Eni Orlandi, responsável pela introdução da disciplina no Brasil, tem contribuído para a sua elaboração conceitual e metodológica, configurando uma vertente brasileira da disciplina. Pela firmeza e clareza nas suas posições, e pelo seu caráter inevitavelmente questionador, o conjunto de textos deste livro tem o mérito de nos interrogar sobre nossas próprias práticas enunciativas como sujeitos falantes e, de maneira bem específica, como estudiosos da linguagem e professores de língua/lingüística.

Língua e conhecimento lingüístico se divide em quatro partes, com um total de dezesseis textos. Alguns deles já haviam sido publicados isoladamente e aqui vêm contribuir para uma reflexão em conjunto. A primeira parte se intitula “Língua, ética e política”; a segunda, “Conhecimento lingüístico, filologia e gramática”; a terceira, “O cidadão,

a língua, a escola”; e a quarta, “As idéias e seus deslizamentos ideológicos”.

Na primeira parte, “Língua, ética e política”, estão os capítulos “A língua brasileira”, “O teatro da identidade: a paródia como traço de mistura lingüística”; “Sobre ética e significação”; “Do sujeito na história e no simbólico”; “Ética e política das línguas”; e “Lexicografia Discursiva”. O núcleo comum é a reflexão sobre o modo como a divisão social dos sentidos, sua hierarquização e organização atuam nos processos de subjetivação.

“A língua brasileira” tematiza a história da constituição do português como língua oficial do Brasil e seus efeitos na relação do brasileiro com a sua língua, como o fracasso escolar ou a imagem de que deste lado do Atlântico não se sabe falar português. A abordagem materialista traz um outro olhar sobre uma velha (e ainda atual) questão: o português do Brasil e o de Portugal são a mesma língua? Ao invés de se prender a dados empíricos que quantifiquem diferenças e semelhanças entre as duas línguas, a AD traz para a reflexão a consideração dos sujeitos falantes e da história da língua nos espaços-tempos lusitano e brasileiro; a interpretação então é outra: falamos a mesma língua, mas falamos (significamos) diferente. E é na contradição entre igualdade, semelhança e diferença que se constitui nossa identidade (lingüística) nacional.

“O teatro da identidade: a paródia como traço de mistura lingüística” aborda uma outra questão na constituição do sujeito de língua: a identidade do sujeito de imigração. Eni Orlandi analisa o poema *Migna Terra* (1924), paródia de Juó Bananére para a *Canção do Exílio*, de Gonçalves Dias (1850). Ela traz como contraponto ainda o *Canto do Regresso à Pátria*, de Oswald de Andrade (1924). Nestes textos, três modos diferentes de dizer a pátria, de se dizer pátrio. Em Bananére, entra em questão o português macarrônico, forma de inscrição dos imigrantes italianos na língua oficial do Brasil; uma inscrição que vem como uma *paródia* (“canto ao lado do outro”) da língua portuguesa. Como a língua, cantam ao lado os sujeitos, meio italianos, meio brasileiros, inscrevendo um novo lugar de cidadania e de identidade lingüística.

“Sobre ética e significação” analisa o acontecimento discursivo de Maio de 68 nas formas em que ressoou na França e no Brasil. A análise traz um elemento importante para a reflexão em AD: a compreensão do processo de de-significação dos sentidos, em que a censura intervém os tornando ex-crescentes à memória. Assim acontece com a palavra *liberdade*, que em 68 era elaborada de maneira plural e que, pela ação da censura sobre este acontecimento,

foi universalizada. Ao ponto de se apagarem as diferenças em se pleitear liberdade no Brasil, que vivia uma ditadura, e na França; ao ponto de não se poder associá-la, hoje, a outro regime que não o capitalismo. A ética está posta, então, na constituição dos sentidos: as relações sociais são determinadas nestes gestos de interpretação hegemônicos que disponibilizam certos sentidos e impedem outros, cerceando as possibilidades de o sujeito interpretar, de deslocar, de se expor ao sentido outro.

“A ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este submete-se à língua, significando e significando-se pelo simbólico na história” (p.66). “Do sujeito na história e no simbólico” desenvolve esta afirmação fundamental para a AD. Relações como indivíduo-sujeito, interior-exterior, falha-equívoco, forma-sujeito capitalista-interpelação ideológica são abordadas de modo a explicitar o diferencial desta disciplina materialista que, colocando-se no entremeio das Ciências Humanas, trabalha, por meio do seu objeto – o discurso – o cruzamento de três modos de opacidade: do sujeito, da língua e da história.

Com esses dois capítulos, a autora prepara o leitor para a compreensão da ética articulando sujeito, história e significação à história do conhecimento e da língua.

Em “Ética e política das línguas”, o objeto de análise é o Summer Institute of Linguistics (SIL), atual Sociedade Internacional de Linguística, junto ao seu desdobramento no Brasil – a Associação Linguística Evangélica Missionária (ALEM). Eni Orlandi dá visibilidade às formas de acordo entre religião, ciência e política praticadas por esta organização. Ela também reflete sobre as enunciações que se tem produzido na Linguística a respeito do SIL e sobre o que se tem reproduzido de sua prática científica. De maneira mais ampla, duas questões são postas: a da inscrição do sujeito (índio) em língua nacional e a dos modos de produção das políticas linguísticas, na contradição entre unidade, diversidade e dominação. Fazer falar esta relação contraditória é dar ao sujeito brasileiro (índio/não índio) um espaço de elaboração dos seus próprios sentidos, da sua identidade já afetada por essas relações.

A proposta de “Lexicografia Discursiva” é tomar o dicionário como discurso, ou seja, expô-lo, como objeto histórico, às condições de

anterior (o de Laudelino Freire), mostrando como este acontecimento discursivo significa nas definições dos verbetes. A de-significação dos sentidos de falta de liberdades concretas, substituídos por outros que abrem para o neoliberalismo, a globalização, o neo-liberalismo empresarial (cf. “Sobre ética e significação”) é dicionarizada e, deste lugar legítimo que é o dicionário, posta em relação de saber com os cidadãos brasileiros.

A segunda parte do livro, intitulada “*Conhecimento lingüístico, filologia e gramática*”, é dedicada à análise da formação do conhecimento lingüístico na relação com sua disciplinarização e institucionalização entre os séculos XIX e XX. São cinco capítulos: “Trajetos da história do conhecimento lingüístico: a gramática, o Estado, a autoria”; “Texto e gramática: um caso exemplar”; “Colégios notáveis da história brasileira: a formação institucional de homens ilustres e de sistemas de idéias”; “Gramática, filologia, lingüística” e “O conhecimento sobre a linguagem: mercado e interesse”.

“Trajetos da história do conhecimento lingüístico: a gramática, o Estado, a autoria” examina a autoria gramatical entre os séculos XIX e XX. São analisadas: a divisão de tendências entre São Paulo – gramática filosófica – e Rio de Janeiro – gramática histórica; as filiações teóricas de autores destes períodos; a relação mídia-produção de conhecimento lingüístico; a institucionalização dos saberes entre o gramático e o lingüista. A gramática, concebida como forma decisiva de relação do sujeito com a língua nacional, traz elementos para compreender a relação Estado-ciência-ensino.

“Texto e gramática: um caso exemplar” tem como objeto as formas de inclusão e exclusão do texto ao longo da história do pensamento sobre a linguagem, tomando como referência alguns momentos: na Grécia Antiga, as mudanças na relação gramática/retórica/dialética; no século XIX, a Filologia e a relação texto-autor; no século XX, a Lingüística a partir de Saussure e a redução da língua a sistematicidades. Esta reflexão é pano de fundo para a análise de um caso pontual: o das gramáticas expositiva e histórica de Eduardo Carlos Pereira, autor de grande repercussão no ensino da língua nacional no Brasil. Em Pereira, o *texto* é excluído enquanto unidade de análise em detrimento da *língua* ou do *estilo*, segundo a separação positiva entre teoria e prática. Eni Orlandi propõe que se trabalhe o texto teoricamente de modo a explicitar sua relação com a língua e os sujeitos para, a partir disso, repensar seu papel e seu tratamento no ensino.

“Colégios notáveis da história brasileira: a formação institucional de homens ilustres e de sistemas de idéias” nos conta um pouco da história

do Colégio Culto à Ciência, inaugurado em 1874 em Campinas, e das mudanças realizadas na sua organização a partir de diferentes políticas educacionais. Analisando o discurso de inauguração do colégio, proferido por Manuel Ferraz de Campos Salles, secretário da sociedade maçon que o fundou, Eni Orlandi mostra como os ideais positivistas em torno dos quais se articulou a sua fundação foram postos em prática para a formação de cidadãos líderes, em um ensino laico.

“Gramática, filologia, lingüística” analisa a mudança no papel do gramático a partir das relações institucionais postas entre gramática, filologia e lingüística. No século XIX, o gramático exerce a função-autor que confere unidade e legitimidade à língua nacional, além de visibilidade ao conhecimento produzido sobre ela no Brasil; no século XX, a NBG homogeneiza o saber gramatical e cerceia a discussão intelectual; ao mesmo tempo, a gramática continua hegemônica no ensino do português, graças à contradição que determina a institucionalização das três disciplinas. Sobre o papel da gramática no ensino, tem-se dito que ela promove o “preconceito lingüístico”. Assumindo o preconceito como uma questão da *constituição* dos sentidos, Eni Orlandi questiona a forma como as teorias da lingüística (e não só da gramática) podem fomentá-lo. E nos faz pensar, mais uma vez, na questão ética e política da divisão dos sentidos presente em toda produção de conhecimento.

O foco em “O conhecimento sobre a linguagem: mercado e interesse” são as modificações no mercado do profissional de Letras, pensadas em relação a mudanças nas disciplinas da linguagem ligadas, por sua vez, a mudanças na sociedade. Alguns dos elementos abordados são: o jornalismo (científico ou não), a comunicação, o ensino, as novas tecnologias de linguagem, que abrem para uma reflexão heurística sobre a possibilidade de se pensar criticamente a história das ciências a partir do conceito de discurso, que, ao tirar a linguagem do lugar de instrumento neutro, possibilita um conhecimento nas Humanidades que não apenas reflita o social, mas que as capacite a “*produzir um saber sobre ele, podendo assim tomar parte conseqüente nos projetos da própria sociedade*” (p. 212).

A terceira parte do livro, intitulada “O cidadão, a língua, a escola”, é composta de três capítulos que se unem em torno do tema da cidadania, pensada em relação à escola e à política governamental. Os textos são: “Entrar na sociedade geral dos cidadãos: caminhos da história, percursos do político”; “Reflexões sobre escrita, educação indígena e sociedade”; e “Relações de sentidos e relações sociais: escola e cidade”.

Em “Entrar na sociedade geral dos cidadãos: caminhos da história, percursos do político”, Eni Orlandi analisa o projeto “Índios”, apresentado à Assembléia Constituinte de 1823 pelo patriarca da Independência, José

Bonifácio de Andrada e Silva. Nesta proposta de um lugar de cidadania para o índio, a análise dá visibilidade à afirmação do lugar enunciativo do “brasileiro” e a um projeto civil, econômico, intelectual e administrativo para a sociedade nacional. O dizer de José Bonifácio é parte de um conjunto de dizeres que, ao longo de nossa história, instauram discursividades para se dizer o cidadão brasileiro, um cidadão, segundo Orlandi, constituído em falta, em vir a ser.

“Reflexões sobre escrita, educação indígena e sociedade” aborda a questão da escrita, enquanto lugar de constituição das relações sociais, e sua forma de inscrição pela educação nas comunidades indígenas. A reflexão tem como base um projeto de educação indígena que Eni Orlandi acompanhou, e inclui elementos como: materiais, relação entre especialidades (especificamente *língua* e *matemática*); formação dos professores; relação escola indígena/escola não-indígena; gramatização, relação oralidade-escrita. A questão, ao tratar deste conjunto de elementos, é conceber formas de viabilizar a historicização pelo índio da sua cultura e da sua relação com o branco.

“Relações de sentidos e relações sociais: escola e cidade” traz a escola, enquanto instituição urbana, para o centro da reflexão. A questão é pensar o modo como a escola significa o urbano e como ela se significa como parte do urbano. E a proposta é “*fazer a escola ir para a rua*” (p. 253), deixando de ser seu próprio princípio organizador e voltando-se para a sociedade. Isso é possível a partir do momento em que a escola se percebe como lugar de interpretação e constituição de arquivo, e assume uma nova relação com o conhecimento.

Na quarta e última parte do livro, intitulada “As idéias e seus deslizamentos ideológicos”, estão dois capítulos: “Um sentido positivo para o cidadão brasileiro” e “O discurso naturalista”, que tratam dos processos de deriva no Brasil dos discursos positivista e naturalista, cuja presença é marcante na história política e científica no país e, desta forma, na constituição do cidadão nacional.

Em “Um sentido positivo para o cidadão brasileiro”, Eni Orlandi analisa textos que fizeram parte de duas polêmicas em torno do positivismo: a primeira, entre Miguel Lemos, do Apostolado Positivista Brasileiro, e Pierre Laffitte, representante do positivismo francês; a segunda, entre os brasileiros Eduardo Prado e Teixeira Mendes, sobre a bandeira nacional. O cruzamento entre estas falas do/sobre o positivismo ajudam a autora a compreender os gestos de interpretação no Brasil da máxima Ordem e Progresso, gestos que realizam “*a estranha mistura de moral-religião-ética e política – apagando o jurídico e o político em seus lugares mais próprios*”; mistura que “*tem sustentado os discursos sobre (e do) poder no Brasil, desde essa época*” (p.295).

“O discurso naturalista” traz uma análise de textos de naturalistas dos séculos XVIII e XIX sobre o Brasil. Eni Orlandi mostra que a passagem da narração para a descrição nos relatos de viajantes nestes séculos produz o efeito de cientificidade da observação, o qual permite o uso da ciência como argumento para a necessidade de administrar os habitantes do Novo Mundo: ela atesta sua inoperância frente à riqueza do país. Isto se dá a partir de uma naturalização do dado, que tem tido eco nas pesquisas lingüísticas do século XX. Cabe então nos perguntarmos que efeitos ou conseqüências estas pesquisas produzem hoje em nossa sociedade.

Políticas lingüísticas, institucionalização, disciplinarização, constituição de saberes, intervenção do saber no outro saber; intervenção do saber na sociedade: percurso de filiações e derivas que vão traçando um caminho de compreensão sobre os gestos de interpretação que intervêm na formação do cidadão e da língua nacional, e que vão constituindo pontos de uma identidade brasileira. Como o subtítulo “Para uma História das Idéias no Brasil” nos indica, a proposta de *Língua e Conhecimento Lingüístico* não é contar a História das Idéias no país, mas trazer elementos para *uma* História, que não se pretende absoluta ou total, mas uma entre outras possíveis, a partir de outras questões, outros princípios, outro dispositivo. Sem deixar de assumir o seu lugar de dizer e fazendo operar a capacidade heurística deste lugar. Sobre tal posição, nos diz Michel Pêcheux*, retomado em um momento do texto de Eni Orlandi: “*Face às interpretações sem margens nas quais o intérprete se coloca como um ponto absoluto, sem outro nem real, trata-se aí, para mim, de uma questão de ética e política: uma questão de responsabilidade*”. Responsabilidade de não apagar o conflito próprio do político que atravessa o nosso dizer enquanto sujeitos de conhecimento.

Sheila Elias de Oliveira
Unicentro-Guarapuava/PR

Notas

* PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad.: Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1997, 2ª ed., p.57.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100